

A Cidade do Sol: Panopticon, Synopticon e Omnipticon – Big Brother e o Gigante com Mil Olhos

A perda de liberdade é inimiga de todas as formas de literatura... O facto é que certos temas não podem ser celebrados com palavras, e a tirania é um deles. Ninguém jamais escreveu um bom livro de elogio à Inquisição.

George Orwell

Aquilo que se convencionou como *visão paradigmática* do mundo e do poder emergiu com uma estrutura lógica que terá conhecido o seu momento de maior esplendor entre os séculos XV e XX – quando aconteceu o gradual domínio de uma lógica verbal, brilhantemente captada pela

formada por uma grade de ferro, de forma que a luz não esconderá qualquer parte da cela da visão do inspector».

Cada movimento do prisioneiro, do estudante ou do trabalhador de uma fábrica pode ser permanentemente seguido por um inspector que, por sua vez, não pode ser controlado, ou mesmo visto, por quem é observado.

Na quinta carta, Bentham diz: «A essência dele consiste, então, na centralidade da situação do inspector, combinada com as bem conhecidas e mais efectivas estratégias de *ver sem ser visto*».

Na carta seguinte, ele se orgulha do projecto: «...a aparente omnipresença (se o sagrado me permitir uma tal expressão) combinada com a extrema facilidade da sua presença real. (...) Outra vantagem muito importante... é que os trabalhadores ou subordinados de qualquer tipo estarão sob o mesmo controlo irresistível com respeito ao vigilante chefe ou inspector... É

dados.

Panopticon se lança ao mito Grego de *Argo Panoptes*, aquele que via tudo, sem ser visto. Numa das versões do mito, Argo teria apenas um olho, mas omnipresente. Numa outra, teria quatro olhos, um voltado para cada ponto cardinal. Finalmente, seria um corpo coberto com olhos.

Panoptes – que significa “aquele que tudo vê” – era um gigante com força descomunal que teria livrado a Arcádia dos terríveis ataques de um touro feroz. Mais do que isso, acabou por ser uma espécie de força policial que protegia pastores e agricultores.

Teria sido Hermes – Toth no Antigo Egito, deus que viria a ter Mercúrio como seu correspondente no mundo Romano – o assassino do gigante Argo Panoptes.

É importante compreender quem foi o assassino de Panoptes para entender algo da sua

dimensão mítica.

Toth foi o deus da escrita, da literatura, aquele que tornou possível a existência de todos os outros deuses, pois é ele quem permite a emergência da *história*.

E é a história – que no Hermes Grego significa a função de guia do pensamento, da psique – o que elimina o monstro que vê tudo, sem ser visto, manifestação avassaladora do poder, do controlo.

A palavra *Argo* significa, etimologicamente, “brilhante” e “rápido”. Quando nos questionamos sobre qual seria, em termos lógicos, os universos sensoriais que implicam como sua natureza primeira o controlo absoluto, sem defesa possível, a passagem de informação sem barreiras, eles são a audição e o olfacto.

Podemos fechar os olhos, não tocar e não comer. Mas, com o olfacto e a audição, não há barreiras. Entramos num ambiente e sentimos,

condicionar e forjar uma sociedade perfeita.

Tal como Argo – e não por acaso – a prisão de Bentham se chama *Panopticon* e surge sete anos após a descoberta de Luigi Galvani de que a electricidade poderia *controlar* o movimento muscular. Trinta e cinco anos antes, Benjamin Franklin tinha defendido que a luz era uma forma de electricidade e inventou a lâmpada, conhecida como *lightning rods*, anunciando os primórdios do que viria a ser um mundo electrónico duzentos anos mais tarde. Isto é, o ser humano controlando a natureza no seu *modus operandi*.

Num certo sentido, Bentham renunciou em termos lógicos o que viria a ser o fim do chamado imperialismo verbal e foi, portanto, no seu tempo, uma utopia.

O sistema de Jeremy Bentham nunca seria colocado em prática e acabou praticamente esquecido durante cerca de duzentos anos – quando é resgatado por Foucault em 1975, início

velocidades erradas não são incomuns, mas não é possível provar. A única evidência que as autoridades apresentam é uma fotografia mostrando que o veículo estava lá, mas não há como provar que houve realmente infracção.

Um *low power* aplicado cegamente a tudo, operando em baixa intensidade e largo espectro.

Em Maio de 2009, a *BBC* anunciava que «milhares de câmaras de Reconhecimento Automático de Número de Matrículas já estão em operação nas estradas Britânicas. Uma rede nacional de câmaras e computadores de registo automático de números de matrículas estará activa em meses. As forças policiais em Inglaterra, País de Gales e Escócia em pouco tempo estarão aptos a trocar informação num único computador central. Oficiais dizem que se trata de um instrumento útil no combate ao crime, mas críticos dizem que a rede é secreta e sem regulação».

Aquela mesma reportagem contava uma

abandonou o seu antigo papel educativo e passou a trabalhar praticamente para a facturação com objectivo de aumento das receitas do Estado. Em muitos casos, os policiais passaram a receber uma comissão sobre os valores arrecadados – como também passou a acontecer com boa parte dos funcionários públicos.

Uma notícia de Junho de 2009 ilustra com clareza o fenómeno: uma carrinha estava mal estacionada sob um viaduto na cidade de Nova York. Repetidamente, durante várias semanas, os agentes da polícia de trânsito multaram o infractor. Mas, ele estava morto! Durante semanas, nenhum policial sequer reparou que havia uma pessoa morta dentro do veículo. Era George Morales, que faleceu vítima de um ataque cardíaco. Mesmo com um forte odor do corpo em putrefacção, ele apenas foi descoberto quando o automóvel foi rebocado. Durante semanas, os vários policiais que lá passaram tinham uma única função: arrecadar dinheiro através de multas. Para eles, o cidadão, o ser humano, não era o objectivo principal.

Apenas um mês antes, em Maio de 2009, a *BBC* denunciava a existência de um sistema de vigilância e de uma base de dados de ADN – então com informação genética de quase cinco milhões de pessoas – controlados pelas autoridades Britânicas.

Os sistemas de vigilância na Grã Bretanha já eram tão desenvolvidos e refinados que possuíam até mesmo pequenos objectos voadores de captação de imagem e de som, conhecidos como *robots* aéreos, remotamente comandados por computadores: «Aviões de controlo remoto para vigilância foram usados pela primeira vez pela polícia em 2008. Esses pequenos aviões são muito leves, pesando cerca de um quilo e meio, relativamente silenciosos, alimentados por bateria, podem levar diferentes câmaras e são controlados à distância. Eles podem voar ou flutuar no ar enquanto transmitem imagens em directo para um operador no chão, e podem operar durante o dia ou à noite. Veículos aéreos não tripulados,

Para Phil Zimmermann, especialista em segurança e privacidade digital, «ao criarmos um sistema onde a polícia tem um trabalho muito facilitado haverá um limite onde se ele se torna demasiadamente fácil poderá cair para um Estado policial».

Mas, não se trata apenas da polícia. No verão de 2009, um amigo que vive em Nova York precisou de enviar uma pequena quantia de dinheiro para o filho, que estava no Chile. Telefonou para o banco e solicitou a transferência. O funcionário da entidade bancária deu início, então, ao interrogatório convencional, solicitando o seu nome completo, número de identificação fiscal, número do cartão de crédito, morada, data de nascimento, local de nascimento, número de telefone, nome da mãe, assim como a resposta a uma pergunta de segurança previamente criada para a verificação de identidade. Todos esses dados se encontravam arquivados no banco. Quando as perguntas foram respondidas satisfatoriamente, ele foi transferido para outra pessoa, que deu

início a um novo interrogatório com o objectivo de validar a identificação anterior. Então, a pessoa lhe perguntou se tinha um automóvel, qual a marca, o ano de fabricação, quando tinha sido comprado, a sua cor, o estado em que se encontrava, no número da matrícula, o modelo e quanto ele pagava anualmente pelo seguro! O mesmo poderia ter acontecido em relação à sua casa, ou a qualquer outra coisa. O banco e, naturalmente, os seus funcionários, tinham acesso a todas essas informações!

A China se preparava para lançar, nos primeiros anos do século XIX, uma rede de Internet totalmente controlada e permanentemente vigiada pelas autoridades governamentais, estendendo a espionagem às outras redes mundiais.

Em 1998, o astrofísico e escritor David Brin, autor do livro *The Transparent Society*, dizia: « Não importa quantas leis são passadas, ficará provado ser verdadeiramente impossível legislar de forma a eliminar os instrumentos de vigilância e bases de

bados. Eles estão aqui para ficar ».

A argumentação segundo a qual o domínio de informação é uma condição democrática em benefício de todos e que se trata de algo livre para as pessoas de qualquer classe social é falso, porque num Estado policial são poucos os que controlam a informação sobre muitos e essa situação sempre gerou todo o tipo de abusos e corrupção. Convém não esquecer que o regime nazi fez uso intensivo dos IBM Hollerith punch-card machines, dominando a informação com o objectivo de vigiar, controlar e seleccionar aqueles que deveriam morrer.

Num universo pós literatura não há mais história – factor fundamental de identidade do Renascimento até ao século XX. Assim, sob o ponto de vista burocrático as condicionantes éticas de uma acção parecem se tornar irrelevantes e, num aparente paradoxo, parecem se tornar relevantes sob o ponto de vista moral – invertendo a antiga condição das sociedades literárias. Tudo o que

Com o crescimento das crianças, os pais passaram a utilizar *beeps*, sistemas de localização GPS e telemóveis de forma a controlar os seus movimentos.

Em vários parques de diversão, em todo o mundo, tornou-se comum aos pais alugar pulseiras ou cintas de localização, com chips GPS, para controlar os filhos que estavam aparentemente livres. A remoção desses equipamentos de vigilância apenas era possível com o uso de instrumentos especiais. De facto, em nome da sua segurança, as crianças passaram a ser tratadas de forma bastante semelhante a presidiários.

Um dos instrumentos de controlo mais polémico foi o *VeriChip*, o primeiro *microchip* de frequência de rádio RFID implantável em seres humanos totalmente aprovado pelo FDA, *Food and Drug Administration* dos Estados Unidos, com o propósito de ser implantado em crianças.

E, paradoxalmente, como diz a geógrafa e ambientalista Cindi Katz, «essas tecnologias também representam a “defesa” contra a ausência do Estado», num universo de hiper Estado!

Outros instrumentos de controlo e vigilância, tais como kits para colecta e análise de fios de cabelos dos filhos, à procura de vestígios de uso de drogas ilícitas, passaram a ser comercializados livremente.

Programas de vigilância virtual, controlando passo a passo todos os movimentos dos filhos junto aos seus computadores, se somaram às tecnologias de escuta telefónica e de localização através de telemóveis.

Com aqueles instrumentos, os pais passaram a conhecer com precisão todos os sites visitados pelos filhos, o tempo de cada visita, o conteúdo de todas as mensagens trocadas, todas as palavras passe, as conversas telefónicas, as identidades das pessoas com quem falaram e as

suas localizações geográficas, transformando os filhos em verdadeiros prisioneiros – em nome da sua segurança: pessoas que irão crescer numa espécie de campo de concentração informacional e virtual, incapazes de perceber o que significa o conceito de liberdade!

Os *voyers*, no universo do *synopticon*, têm acesso a uma imensa quantidade de informação superficial sobre os seus ídolos – a maioria das quais é previamente fabricada, como espécies de avatares ou “máscaras virtuais” – uma vez mais revelando a literatura como conteúdo do novo meio.

Uma curiosa sublimação desse fenómeno foram os programas televisivos de *reality show* conhecidos como *Big Brother*, espalhados por todo o mundo. Nele, um grupo de desconhecidos é observado obsessivamente, como se fossem famosos astros do cinema. Entram no processo como simples desconhecidos, as pessoas os observam sabedores de que, de alguma forma,

teriam sido possíveis num contexto de tão intenso rigor burocrático de normas e proibições.

Em 2003 foram vendidas cerca de cinquenta milhões de câmaras fotográficas digitais em todo o mundo. No ano seguinte foram comercializados mais de cento e cinquenta milhões de telemóveis com câmaras de vídeo e de fotografia incorporadas. Em Julho de 2008 a *Sony* celebrava o recorde de cem milhões de câmaras vendidas desde o início da sua comercialização. Dois meses mais tarde a *Canon* batia o mesmo recorde. Naquele ano, em todo o mundo, terão sido comercializados mais de cento e cinquenta milhões de câmaras digitais.

Segundo a *Picture Business Magazine* de Maio de 2009, apenas nos primeiros quatro meses daquele ano teriam sido comercializados em todo o mundo quase duzentos milhões de telemóveis, dos quais cerca de 90% traziam incorporadas câmaras de vídeo e de fotografia.

Ainda em 2009, cerca de metade das mais de

cento e dez milhões de famílias possuíam câmaras acopladas aos seus telemóveis e que tiravam uma fotografia por dia, em média – o que significa mais de mil e quinhentos milhões de fotografias a cada mês.

Em 2007, Daniel J. Solove, professor de direito na George Washington University Law School, lançava o livro *The Future of Reputation*. O livro começa com o relato de um mundialmente famoso caso que aconteceu no metropolitano em Seul, na Coreia do Sul, em 2005. Nele, uma jovem mulher trazia um cão, que defecou na carruagem. Os passageiros mais próximos pediram para que ela limpasse. Ela se recusou dizendo, simplesmente, que não era assunto deles. Alguém fotografou a cena, utilizando um telemóvel. A imagem foi rapidamente colocada num popular blog.

Don Park contava o resultado daquele incidente: «Em poucas horas, ela passou a ser conhecida como *gae-ttong-nyue* – menina da merda do cão – e as fotografias dela e brincadeiras

estavam em todo o lado. Em poucos dias, a sua identidade e o seu passado foram revelados. Pedidos por informação sobre os seus pais e parentes começaram a surgir de todo o lado e as pessoas passaram a reconhecê-la através do cão e da mala que ela carregava, assim como através do seu relógio de pulso, claramente visível na fotografia original. Todas as referências sobre invasão de privacidade foram deixadas de lado... A desculpa comum para o comportamento das pessoas foi a de que a menina não merecia privacidade».

Aqui, o direito é imediatamente transportado para o julgamento público – e, é importante nunca esquecer, que as grandes tragédias da humanidade foram sempre feitas em nome de grandes maiorias.

Howard Reingold afirmaria que «o lado sombrio do poder que emerge com mil milhões e quinhentas mil pessoas *online* é o aspecto da vigilância... Estamos acostumados a nos preocupar sobre o *big brother* – o Estado – mas, agora,

naturalmente são os nossos vizinhos, ou as pessoas no metropolitano».

Um dos possíveis cenários como resultado da expansão das imagens captadas por milhares de milhões de pessoas em todo o mundo será a radical transformação do direito Napoleónico, que designava os princípios jurídicos em diversos países, principalmente de natureza Latina, estabelecendo um ambiente de instável e volátil jurisprudência.

Quando o julgamento é público, a jurisprudência se torna volátil. Paradoxalmente, quando isso acontece, a reacção à mudança é crescente. Os julgamentos em praça pública, em toda a história, sempre foram os mais reaccionários – Sócrates é um bom exemplo.

O nosso conceito de privacidade, assim como os relativos aos direitos de autor, suportam-se na lógica do *terceiro excluído*, que é um princípio fundamentalmente Aristotélico. Ainda assim, são departamentos relativos a ambientes precisos. Eu

Em Junho de 2009, a *Photobucket*, considerado o mais importante site dedicado exclusivamente ao gratuito armazenamento e distribuição de imagens digitais, com grande impacte especialmente junto a utilizadores de câmaras em telemóveis, fundado em 2003 por Alex Welch e Darren Crystal da *Fox Interactive Media*, anunciava ter cerca de cinquenta milhões de visitantes por mês em todo o mundo, tendo cerca de oito mil milhões de imagens em arquivo com um crescimento de cerca de mil novas imagens a cada quinze segundos.

Na estrutura principal desse fenómeno estão as chamadas *social networks*.

Em 2009, o *Facebook* – criado cinco anos antes por Mark Zuckerberg, então um estudante na Harvard – anunciava na sua primeira página aquilo que era o seu objectivo central: «Dar às pessoas o poder de partilhar e tornar o mundo mais aberto e conectado». Através do *Facebook*,

informação rapidamente actualizada sobre uma pessoa poderia ser vista por milhões de outras que conheceriam os seus hábitos e preferências de todos os tipos, sempre descritas pela pessoa.

Tal como o *Facebook*, o *MySpace* é um banco de dados sobre informações, muitas vezes confidenciais e íntimas, de um grande número de pessoas que proclamam alegremente o fim da privacidade.

Privacidade e avatar – a projecção de um ego ideal, uma máscara...

Facebook e *MySpace* eram, em Maio de 2009, consideradas as *social networks* mais usadas para distribuição de fotografias digitais.

Em 2006, o *MySpace* já contava com mais de cem milhões de membros. Naquela época, o seu crescimento era de quase duzentos e cinquenta mil novos membros por dia.

networks para cães – a *Dogster* – e para gatos – *Catster*!

Em Junho de 2009, a revista *Time* – que era conhecida por reservar as suas capas a grandes personalidades mundiais – dedicou uma edição ao fenómeno *Twitter*, num momento em que o mundo ainda sofria vigorosamente a crise económica que parecia anunciar uma mutação ao nível planetário.

O *Twitter* permite somente curtas mensagens de até cento e quarenta caracteres, mas possui uma dinâmica de comunicação inversamente proporcional ao seu desenho informacional sintético – parecendo confirmar a máxima segundo a qual quanto menor a informação melhor a comunicação.

Steven Johnson descrevia, então, um caso que ilustra não apenas o sucesso do *Twitter*, como também como funciona uma sociedade *omnióptica*: «No começo deste ano eu participei

numa conferência que durou um dia inteiro, em Manhattan, e que foi dedicada à educação... sobre o futuro das escolas. Vinte anos atrás, as idéias trocadas naquela conversa estariam confinadas às mentes dos participantes. Dez anos atrás, uma transcrição poderia ser publicada na web, semanas ou meses mais tarde. Cinco anos atrás, um punhado de participantes teria feito um blog sobre as suas experiências em relação ao fato. Mas, este evento estava acontecendo em 2009, assim tudo acontecendo em tempo real, a conversação do mundo real foi igualmente uma conversação no *Twitter*. No início da conferência, os nossos anfitriões anunciaram que qualquer um que desejasse colocar um comentário ao vivo sobre o evento via Twitter deveria incluir a palavra *#hackedu* nos seus cento e quarenta caracteres. Na sala, uma grande tela mostrava as mensagens. (...) No início, todas essas mensagens vinham de dentro da sala e eram exclusivamente criadas pelos participantes da conferência através dos seus *lap tops* ou dos seus *BlackBerrys*. Mas, em cerca de meia hora, as palavras começaram a

passaram a utilizar informações a partir das chamadas telefónicas para identificar novos nichos de mercado.

Não somente as chamadas telefónicas, mas também os *cookies* instalados sem o consentimento da pessoa a ser espionada, informações através do uso de cartões de crédito, cartões de clientes preferenciais, inscrições em clubes de ginástica, adesões a programas de descontos comerciais, assinaturas de revistas e praticamente tudo o que caracteriza o dia a dia de uma pessoa, tornou-se numa colecção de verdadeiros interrogatórios policiais, onde grandes quantidades de informação pessoal, poucos anos antes consideradas confidenciais, passaram a circular livremente, sendo analisadas não apenas por agentes da polícia fiscal, mas também por vendedores de todo o tipo de produto.

Tudo passou a ser controlado, um pouco por toda a parte, sem conhecimento da história pessoal, através de uma realidade fortemente

omnióptica.

Para David Lyon, «o lar, antes um refúgio sacrossanto livre da vida “pública”, cada vez vê a si próprio sendo transformado num lugar de vigilância. A administração governamental ganha fácil acesso a detalhes de quem vive com quem, e isso afeta a capacidade de voto ou atribuição de benefícios sociais, enquanto que agências comerciais encontram poucos obstáculos para analisar o nível financeiro e as preferências de consumo de cada morador numa dada rua».

Poder é controlo. Assim, todo o poder implica uma assimetria no conhecimento. Quando as relações de conhecimento tendem à simetria, o poder tende a desaparecer.

O que ocorre na realidade *omnióptica* da sociedade *low power* é a expansão em larga escala de uma estrutura de micro assimetrias de conhecimento, fazendo emergir uma ilusão de uma tendência à simetria, de reforço do espírito

democrático.

Assim, todo o discurso político no estabelecimento de novos instrumentos de vigilância é fundado nas ideias de que eles servirão para assegurar a democracia e os direitos individuais.